 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 027. Conflitos Socioambientais, Conhecimento Tradicional e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central

Franklin Plessmann de Carvalho (UFRB) - Coordenador/a, Carmen Lúcia Silva Lima (Universidade Federal do Piauí) - Coordenador/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Helciane de Fátima Abreu Araujo (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a No contexto atual, povos e comunidades tradicionais est?o sendo impactadas por pol?ticas governamentais e agroestrat?gias implementadas por conglomerados econ?micos produtores de commodities agr?colas. O Grupo de Trabalho, aqui proposto, reunir? pesquisadores que estejam refletindo sobre conflitos socioambientais vivenciados por povos e comunidades tradicionais em decorr?ncia dos referidos empreendimentos. A an?lise privilegiar? a rela??o que se estabelece entre as a?es de pesquisa e as a?es de resist?ncia, com destaque para a intera??o entre conhecimentos tradicionais e acad?micos na formula??o e cr?tica ao desenvolvimento sustent?vel. Ter?o prioridades propostas de trabalho que tratem de investiga?es realizadas na regi?o do Brasil Central, que abrange os estados do Maranh?o, Tocantins, Piau?, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, norte de Minas Gerais e sul do Par?. A pretens?o ? socializar os resultados de experi?ncias etnogr?ficas com apoio de cartografias sociais que estejam dialogando com outras produ?es que abordem os conflitos socioambientais no Brasil Central.

> **Desenvolvimento regional e sustentável para quem? Do discurso do ?vazio? à emergência de povos e comunidades tradicionais no Sertão de Itaparica ? PE**
>
> **Autoria:** Poliana de Sousa Nascimento
>
> Esse work tem como fundamental ponto de exposição destacar os diferentes empreendimentos instalados na região do Sertão de Itaparica, especialmente no município de Itacuruba ?PE e como esses empreendimentos, respaldados por um discurso de desenvolvimento regional e sustentável, vem ao longo dos anos afetando territórios de povos e comunidades tradicionais que estabeleceram uma forma dinâmica e múltipla de construção de identidades. São grupos que na condição de invisibilidade frente ao Estado, apresentam necessidades e demandas que não são viabilizadas pelo poder público. A expropriação territorial, deslocamentos compulsórios e restrição ao uso dos recursos naturais, que priorizam o agronegócio e projetos de desenvolvimento, prejudicam substancialmente suas práticas sociais particulares. Esses empreendimentos, aqui vinculados a extração de minérios, piscicultura, instalação de parque hibrido (energia solar e eólica) e hidrelétrica articulam-se em estratégias empresariais e governamentais em torno de uma discussão, por vez, conservacionista, voltada para um discurso de ?desenvolvimento regional e sustentável?. Apoiados por aparatos do Estado, com planos de ação, logística e estrutura articuladas, tais ações intervencionistas são legitimadas e vinculadas a uma questão ambiental.
>
> Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**